

3  
1 **CONSELHO ESTADUAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL – CEAS/PR**  
2 **ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA REALIZADA**  
3 **EM 28 DE ABRIL DE 2009**  
4

5 Aos vinte e oito dias do mês de abril do ano de dois mil e nove, às 08:30 horas em  
6 primeira convocação com número necessário de conselheiros presentes, os inte-  
7 grantes do **Conselho Estadual de Assistência Social – CEAS/PR**, previamente  
8 convocados, reuniram-se no Auditório da Secretaria de Estado do Trabalho, Empre-  
9 go e Promoção Social – SETP, 5º andar, situado à Rua Pedro Ivo, nº. 750, Centro, em  
10 Curitiba/PR. **Representantes Governamentais presentes:** Izabel Cristina Mar-  
11 ques (Procuradoria Geral do Estado – PGE); Daniel Anibal Fresia Schorr (Secretaria  
12 de Estado do Planejamento e Coordenação Geral – SEPL); Denise Ratmann Arruda  
13 Colin (Secretaria de Estado do Trabalho, Emprego e Promoção Social – SETP); Ana  
14 Paula Gonçalves (Secretaria de Estado do Trabalho, Emprego e Promoção Social –  
15 SETP); Kellen Cristina Dalcin (Secretaria de Estado do Trabalho, Emprego e Promo-  
16 ção Social – SETP); Eliana de Almeida Cezar (Secretaria de Estado do Trabalho, Em-  
17 prego e Promoção Social – SETP); Ironi Vieira de Camargo (Secretaria de Estado do  
18 Trabalho, Emprego e Promoção Social – SETP); Solange Fernandes (Secretaria de  
19 Estado do Trabalho, Emprego e Promoção Social – SETP). **Representantes da So-**  
20 **ciiedade Civil Organizada presentes:** Inês Roseli Soares Tonello (Conselho Re-  
21 gional de Economistas Domésticos da 2ª Região – CRED II); Denise Maria Fank de  
22 Almeida (Conselho Regional de Serviço Social – CRESS 11ª Região); Edenilce de Fátima  
23 do Nascimento Lima (Sindicato dos Servidores Públicos Municipais de Nova Es-  
24 perança – SISMUNE); Teresinha Maria Wolf (Conselho Regional de Serviço Social –  
25 CRESS 11ª Região); Vera Regina Buss Taborda (Associação Reviver de Assistência ao  
26 Portador do Vírus HIV); Francisco Arnaldo Fernandes (Coordenadoria das Associa-  
27 ções de Moradores de Umuarama – CAMUR); Cristiane Meyer (Conselho Regional de  
28 Serviço Social – CRESS 11ª Região); José Cícero dos Santos (Escola Comunitária do  
29 Trabalho – ECT); Roseli Terezinha Gass (Núcleo Regional de Serviço Social de Casca-  
30 vel – NUCRESS); Ozimara Ferreira de Mello (Associação de Pais e Amigos dos Excep-  
31 cionais de Santa Cecília do Pavão); Neide Poltronieri (Associação Medianeirense de  
32 Surdos e Fissurados – AMESFI); Kleber Rodrigo Durat (Programa de Voluntariado Pa-  
33 ranaense – PROVOPAR); Ronan César da Silva (Associação Pró Amor de Deficientes  
34 Físicos de Irati – APADEFI); Francislaine Luquez Amaral (Associação para Desenvolvi-  
35 mento da Mulher de Ribeirão Claro). **Convidados, Ouvintes e Colaboradores**  
36 **presentes:** Silvane Vaz de Siqueira (NUCLEAS/SETP); Renata M. dos Santos  
37 (CDI/SETP); Kelli Albanese (CDI/SETP); Ana Carolina Bittencourt (CGM/SETP); Rosely  
38 Lemos (CGM/SETP); Nircélio Zaboti (CGM/SETP); Aline V. F. Braga (CGM/SETP); Maria  
39 de Fátima J. Fiebig (FOREAS); Vera Lúcia S. Pereira (FOREAS); Keity Fabiane da Cruz  
40 (Ministério Público); Sandra Mancino (Ministério Público); Edenilso Ereno Maia (G.  
41 Senador Flávio Arns); Aparecido Adão Romero (FOREAS); Carmen Zanom  
42 (CGM/SETP). Abertura: **A Conselheira Presidente Roseli Gass**, cumprimentou a  
43 todos os presentes, dando boas vindas aos representantes do FOREAS e ao novo  
44 Conselheiro Titular da SEPL Daniel Anibal Fresia Schorr. □ **Apreciação e Aprova-**  
45 **ção da Pauta.** Após leitura da pauta que consistia em: 1. Abertura; 2. Apreciação e  
46 aprovação da pauta; 3. Apreciação e aprovação da ata da reunião ordinária de  
47 27/03/2009; 4. Informes da Secretaria Executiva; 5. Plano Estadual de Capacitação;  
48 6. Apreciação e aprovação do Relatório de Gestão Estadual/2008; 7. Plano de Apli-  
49 cação do Fundo Estadual de Assistência Social – FEAS; 8. Aplicativos do SUASWeb:  
50 Plano de Ação e Demonstrativo Sintético Anual de Execução Físico-financeira do es-  
51 tado do Paraná. 9. Informes Gerais: 9.1 – Comissão Intergestores Bipartite – CIB e  
52 Comissão Intergestores Tripartite – CIT; 9.2 – Informes Conselheiros e Convidados.  
53 Encerramento. Propôs a **Conselheira Presidente** para ser acrescentado como

10

54 ponto de pauta: A avaliação da Reunião Ampliada do dia 27/04/2009. Solicitou a pe-  
55 dido da **Conselheira Vice Presidente** uma inversão do ponto de pauta, para que  
56 após os informes da Secretaria Executiva fosse discutido a apreciação e aprovação  
57 do Relatório de Gestão Estadual/2008 e após a Avaliação da Reunião Ampliada. Em  
58 apreciação **APROVADO**. □ **Apreciação e aprovação da reunião ordinária de**  
59 **27/03/2009**. Colocou a **Conselheira Inês Roseli** que ao tomar conhecimento da  
60 ata, ficou surpresa que deveria comunicar a suplente na sua ausência, sendo assim,  
61 trouxe dois emails enviados anteriormente para a suplente para que estivesse com-  
62 parecendo na plenária do Conselho no mês de março. Informou a **Conselheira**  
63 **Presidente** que esse detalhe foi enviado a todos, devido alguns Conselheiros titu-  
64 lares não estarem comparecendo nas reuniões e seus suplentes não estão sendo  
65 avisados. Colocada em apreciação ficou **APROVADA** a ata do dia 27/03/2009. **In-**  
66 **formes da Secretaria Executiva**. A **Secretária Executiva Regina** saudou a to-  
67 dos os Conselheiros, dando boas vindas ao novo Conselheiro Daniel, desejando-lhe  
68 uma profícua participação. Informou: 1) Folder informativo acerca de Cursos Espe-  
69 ciais para 2009, enviado pela empresa Orzil Consultoria abordando a boa e regular  
70 aplicação de recursos públicos, elaboração de projetos, convênios e nova legisla-  
71 ção. 2) Ofício nº 06/09 procedente do Conselho Municipal de Assistência Social de  
72 Castro, com resposta ao Of. Nº 060 do CEAS/PR, sobre a Entidade Associação dos  
73 Amigos dos Idosos – “Viva a Vida na 3ª Idade”, contendo parecer do CMAS. 3) Ofício  
74 Circular nº 02/09 do MDS/Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação, apresen-  
75 tando a publicação: “Capacitação: gestores sociais que mudam vidas pelo Brasil”. A  
76 revista aborda perfis de gestores e técnicos que participaram como alunos do Proje-  
77 to “Capacitação descentralizada para gerentes Sociais”, desenvolvido pelo MDS, no  
78 período compreendido entre fevereiro e julho de 2008. Essa capacitação integra o  
79 “Programa Gestão Social com Qualidade”, que atingiu 1.531 agentes públicos e so-  
80 ciais, em 573 municípios, 26 estados e Distrito Federal. 4) Folder do 4º Fórum Na-  
81 cional “Competências e Gestão para resultados”, a ser realizado em Brasília nos  
82 dias 21 e 22 de maio. 5) Recebimento do relatório referente à 2ª Semana da Mulher  
83 de Ribeirão Claro, relatando inúmeras atividades promovidas pela Associação para  
84 o Desenvolvimento da mulher, de 07 à 14 de março. 6) Ofício nº 253/09 assinado  
85 pelo Sr. Secretário do Planejamento, Ênio José Verri, contendo a substituição da  
86 Conselheira Heloísa Puppi e Silvia, por Daniel Aníbal Fresia Schorr, mantendo-se o  
87 mesmo suplente anteriormente indicado. 7) Ofício nº 0336/09 do Gabinete do Sr.  
88 Secretário de Estado do Trabalho, Emprego e Promoção Social, Dep. Nelson Garcia,  
89 respondendo o ofício procedente do CEAS/PR, através do qual solicitava-se a im-  
90 plantação de rampas de acesso ou elevador, na entrada principal da SETP. A infor-  
91 mação é de que a Agência do Trabalhador possui uma rampa de passagem ao 1º  
92 andar, que dá acesso aos elevadores. Na entrada, serão colocados corrimões. 8)  
93 Ofício nº 0282/09 procedente do Juízo de Direito da Vara Criminal da Comarca de  
94 Manoel Ribas, solicitando que no prazo de 15 dias indique-se 1 representante do  
95 CEAS para integrar o Conselho da Comunidade Local. Sobre este informe a **Conse-**  
96 **lheira Vice-Presidente Denise** sugeriu que seja encaminhado um Ofício, esclare-  
97 cendo o funcionamento, a estrutura, as atribuições do Conselho Estadual de Assis-  
98 tência Social, porém sugerindo que seja indicado 1 representante Municipal de As-  
99 sistência Social e não estadual, devido a impossibilidade de deslocamento para as  
100 reuniões. É importante destacar que o órgão competente para indicação de nomes  
101 é o CRESS. Continuou a **Secretária Executiva Regina**: 9) Ofício Circular nº 005 do  
102 Gabinete do Senador Flávio Arns, atualizando informações sobre a concessão e re-  
103 novação do CEBAS. Propôs A **Conselheira Vice-Presidente** que seja feita uma lei-  
104 tura dessas informações para que na momento dos informes sejam passados os  
105 principais pontos. Prosseguiu a Secretária Executiva com os informes: 10) Ofício n.º  
106 080/09 assinado pela Presidente do CNAS, Valdete de Barros Martins, informando

11

12

13

14

107que encaminharão 800 cartilhas ao Paraná, para a realização da Conferência Esta-  
108dual. 11) Justificativa de ausência da Conselheira Lucia Tureck, por motivos pes-  
109soais. A sua suplente, Conselheira Mariluz foi comunicada, para a devida substitui-  
110ção. 12) Justificativa escrita da Conselheira Mariluz Petry, impedida de estar nesta  
111plenária, tendo em vista a convocação do Vice-Governador Orlando Pessuti, solici-  
112tando reunião com os Chefes das Regionais na cidade de Francisco Beltrão. A Con-  
113selheira é suplente da também Conselheira Lucia Tureck, e se fez presente na Reu-  
114nião Ampliada de ontem. 13) Of. nº. 005/09 do CMAS de Andirá, encaminhando pro-  
115posta do acréscimo na redação de alguns artigos referentes à Lei Municipal, sendo  
116analisados pelo CEAS e posteriormente devolvido ao Município. 14) Ressaltar a pre-  
117sença do Conselheiro Daniel Anibal Fresia Schorr. 15) Solicitar aos Conselheiros que  
118preenchessem um formulário para preenchimento no CADSUAS. Justificou a **Conse-**  
119**lheira Francislaine** sua ausência na Reunião Ampliada, devido compromissos as-  
120sumidos na empresa onde trabalha. Questionada a Secretária Executiva pela Con-  
121selheira Presidente se o Conselheiro de Curitiba havia dado notícias, a **Secretária**  
122**Regina** informou que o Conselheiro Kail tem feito constantes contatos por telefone,  
123e inclusive a última ligação foi justamente para se assegurar da presente plenária.  
124Pedi a **Conselheira Presidente** que a Secretaria Executiva faça um levantamen-  
125to das faltas do Conselheiro, para que a plenária tome as decisões necessárias de  
126acordo com o Regimento Interno. Lembrou a **Secretária Regina** que na última ple-  
127nária deferiu-se sobre o encaminhamento de um ofício para as Secretarias de Esta-  
128do, cujos Conselheiros tem se mantido ausentes das reuniões do CEAS, foi feito  
129uma relação referente às faltas e já foi encaminhado. Informa a **Conselheira Pre-**  
130**sidente** que a Sociedade Civil concluiu as discussões sobre a escolha de um novo  
131Presidente para o CEAS e a indicada é a **Conselheira Denise Fank** e na próxima  
132reunião será a eleição. Explicou que nas reuniões de discussão para indicação do  
133novo Presidente, os primeiros nomes levantados foram do Conselheiro Cícero e da  
134Conselheira Edenilse. Tinha-se até a presente data, às 8:30 hs para as pessoas  
135apresentarem nomes para a vaga da Presidência do CEAS. A **Conselheira Denise**  
136**Fank** colocou o seu interesse pela Presidência, e numa avaliação os Conselheiros  
137Cícero e Edenilse, retiraram seus nomes em apoio à Conselheira. Na Sociedade Civil  
138é de comum acordo o nome da Conselheira Denise Fank para a Presidência do CEAS  
139para o próximo ano. Lembrou que no antigo Regimento Interno, a Presidência era  
140de 2 anos: com a reformulação do Regimento Interno a Sociedade Civil indicou que  
141a Presidência seria de 1 ano, permanecendo o mesmo segmento podendo ser pror-  
142rogado, visto a importância de outras pessoas da Sociedade Civil passarem por  
143essa experiência, sendo que a próxima gestão será governamental. □ **Apreciação**  
144**e aprovação do Relatório de Gestão Estadual/2008.** Colocou a **Conselheira**  
145**Vice-Presidente** que os Conselheiros tem em mãos uma cópia do relatório de Ges-  
146tão das ações programáticas da Política Estadual de Assistência Social/2008. Lem-  
147brou que em reunião passada foi discutido que se deveria fazer um relatório da ges-  
148tão e foi concluído que no relatório também conste as principais ações do CEAS em  
1492008. Esse relatório é coordenado pelos Grupos Setoriais de Planejamento e Finan-  
150ceiro, e será encaminhado para prestação de contas no Tribunal de Contas, tendo  
151como data limite 30 de abril/2009: está estruturado numa introdução explicando os  
152itens a serem apresentados; a gestão da política nos três eixos: Aprimoramento da  
153Gestão, onde foi subdividido em: **supervisão, monitoramento e habilitação do**  
154**SUAS**; Sistema de Informação e Cadastro de Instituições Sociais; Publicações; Ges-  
155tão do Trabalho, capacitação e encontros; Organização de espaços e instâncias de  
156controle social para a gestão democrática. No segundo item já se aborda a execu-  
157ção da Proteção Social Básica e Especial, que esta colocada detalhadamente as  
158ações realizadas e a Síntese da Execução Físico-Financeira, onde mostra-se o valor  
159previsto no orçamento, o valor executado e a fonte que no caso da Proteção Social

Básica e Especial é toda do Governo do Estado e no caso das ações de Aprimoramento da Gestão, tem-se também fonte de recursos da União, através do Pacto e dos serviços. No caso da Proteção Social Básica foi deliberado pelo CEAS, o apoio a manutenção de 22 CRAS a serem expandidos, o que não houve a autorização Governamental para este co-financiamento. Este ano terá que ser discutido pelo Conselho sobre esse co-financiamento de construções, onde terá parceria com as Secretarias do Perímetro Urbano e Secretarias aonde os equipamentos fossem revalidados ou em Municípios que não habilitados, tenha uma mobilização do CEAS para potencializar no mínimo a proteção básica. Ainda na proteção social básica só houve execução do Programa Luz Fraterna, que é uma transferência de renda. Na proteção social especial, teve a execução dos abrigamentos, que estão vinculados através de convênios com entidades não governamentais e que prestam atendimento a casos de deficiências múltiplas e que portanto não existe um serviço especializado nas regiões e por determinação judicial cada assistência a tutela dessas pessoas e a previsão era de R\$ 4.221.640,00 e a execução foi de R\$ 3.799.643,20, e foi o pagamento desses abrigos. No Aprimoramento de Gestão tinha-se uma previsão e tivemos um valor adicional, porque foram recebidos recursos federal no final do Pacto de aprimoramento da gestão e parcelas do Índice de Gestão Estadual do Programa Bolsa Família e, portanto, com esse adicional de recurso, viabilizou um gasto inferior do que está previsto na fonte do Estado. Esclareceu que a fonte 100 é direta do orçamento próprio da localidade, de que é o caso do Estado, e a fonte 100/281 é o co-financiamento federal, ou seja convênios, que no nosso caso não é mais convênios, porque para o governo federal já há o entendimento que para a política de assistência social conforme artigo 35 da Lei de Responsabilidade Fiscal, a Assistência Social faz a transferência direta de incentivo e serviços contínuos. Questionou a **Conselheira Inês Roseli** sobre a Proteção Social Especial, se o valor foi aplicado em casas já existentes ou foram abertas novas, ou ainda somente para assistência ou implementação de equipamentos. Esclareceu a **Conselheira Denise** que o recurso foi aplicado em entidades já existentes, que são aquelas remanescentes das unidades de internação que o Estado tinha e depois municipalizou e o que as de internamento são casos de múltiplas deficiência e que ainda não foi conseguido acertar a responsabilidade da saúde mental e da assistência social; foi feita uma grande negociação com a Secretaria de Estado da Saúde para definir a possibilidade de pagamento por eles através do consórcio de medicamento porque os equipamentos são todos controlados e de altíssimo custo e a outra é de pagamento de procedimentos médicos que são prestados nessa, já que tem muitas pessoas que não tem disponibilidade de deslocamento ou tem dependência de aparelho. O que está sendo conversado é que o conceito de abrigamento é da política de assistência social e os procedimentos médicos e os medicamentos seriam do SUS, só que não há reconhecimento pelo SUS desse tipo de serviço por entidades de Assistência Social de abrigamento de pessoas dependentes, está sendo conversado com a Secretária de Estado para estipular isso e eles estão negociando com a União para o reconhecimento do SUS. Isso hoje como não é reconhecido pelo SUS é a política de Assistência Social que faz a manutenção. Da mesma forma existe uma discussão com a COPEL, Secretaria de Planejamento, SETP e Secretária de Saúde, onde fazem sucessivos encontros, para discutir o cumprimento da Lei Estadual do Deputado Alexandre Curi, que rescende as pessoas dependentes de aparelhos nas residências do Programa Luz Fraterna. Solicitou o **Conselheiro Cicero** que referente ao recurso 100, que a Comissão do CEAS fizesse um detalhadamente desses recursos. Esclareceu **Conselheira Denise** que o recurso do fundo estadual tem um decreto do governo do Estado e uma instrução normativa do Tribunal de Contas de que não temos a autorização de transferência direta, é firmado convênios, onde não é passado direto para nenhuma Entidade, só para Órgão Gestor direto no fundo mu-

213nicipal, inclusive com os abrigos, e esses abrigos são aqueles que foram levados no  
214Plano de Ação do Estado, que é o recurso que já foi conversado no CEAS do co-fi-  
215nanciamento das diretrizes que foi apreciado pela Comissão. Colocou o **Conselhei-**  
216**ro Cícero** que não há dúvida sobre isso, o que não está claro é referente aos recur-  
217sos da Luz Fraterna, visto que não há um detalhamento de como isso é aplicado.  
218Sabemos que atende a população, porém não temos nenhum acompanhamento e  
219nenhum documento que passe pela Comissão, visto ter muitos rumores com rela-  
220ção aos pagamentos da luz e evidências que não são cabíveis a esse projeto. Não  
221se sabe se isso é de responsabilidade do CEAS, porém gostaria de saber e acredita  
222que tendo um recurso público do Estado vinculado numa fonte, a Comissão do CEAS  
223teria que ter pelo menos um relatório desses gastos. Concordou a Conselheira Deni-  
224se ser fundamental trazer para o CEAS, para um acompanhamento. Convidou a  
225**Conselheira Denise** para que a Procuradora da PGE, Dra. Isabel e Conselheira vi-  
226esse compor a mesa e propôs devido a equipe do Deputado Lemos já estar presen-  
227te, em continuar com o Relatório após a discussão sobre a Audiência Pública em  
228prol da implementação da Frente Parlamentar em Defesa da Assistência Social na  
229Assembleia. Em apreciação **APROVADO**. O **Deputado Professor Lemos** cumpri-  
230mentou a todos e falou da proposta prioritária de convocar uma audiência pública  
231para dia 11 de maio, a ser comandado pelo CEAS, ao qual determinará quem serão  
232os convidados e quais as propostas a serem apresentadas. Ressaltou que deverá  
233ser debatido na Assembleia, a criação no Paraná de uma Frente Paranaense, envo-  
234lvendo vários Deputados de todos os partidos, ao qual tenha como tarefa construir  
235políticas públicas que vão de alcance ao interesse geral. No Paraná 30 Deputados  
236Federais mais 03 Senadores escolheram uma segunda feira, pelo fato de não ter  
237sessão em Brasília, ficando assim mais fácil a presença num maior número dos De-  
238putados e senadores. Sugeriu que outros Deputados poderão receber convite, e que  
239talvez numa sessão de quinta feira, seja usada a tribuna livre, podendo ser utilizado  
240por trinta minutos para explanação, e assim todos poderão ouvir e também o tema  
241poderá ser panfletado, podendo ter na Assembleia uma Comissão permanente de  
242Assistência Social para consolidar essa política no Paraná. Colocou que no dia de  
243hoje, haveriam 19 entidades defronte ao Palácio às 11:00 horas, para uma audiên-  
244cia pública com o Governo para avançar na carreira, no salário e melhores condi-  
245ções de trabalho. O **Conselheiro José Cícero** agradeceu a presença e ajuda do De-  
246putado Lemos nessa tarefa e questionou:- Percebendo que a Assistência Social é  
247sempre o “patinho feio”, existe o interesse em se criar essa Comissão na Assem-  
248bleia?- Apesar do trabalho realizado pelo CEAS, não é vista a presença de muitos  
249parlamentares nas reuniões, porque a voz não é ouvida junto aos legisladores. Colo-  
250cou o **Deputado Lemos** que se faz necessário levar para os demais Deputados o  
251que a Assistência Social faz, por isso aderir para consolidar uma frente parlamentar  
252ampla e tornar institucional uma Comissão permanente. Sobre a organização da Au-  
253diência, questionou a **Conselheira Denise**: - Como Convidar? Como preparar a  
254Programação do dia? Quem tem direito a fala? Que tipo de material? Se esse dia já  
255para o lançamento da Frente ou se é presidido para esclarecimentos para os Depu-  
256tados? Se junto poderá ser discutida a implantação do SUAS por Lei?. Colocou o **De-**  
257**putado Lemos** que a Tribuna Livre antes seria importante e melhor seria se o  
258CEAS pudesse estar lá para fazer o convite e conscientizar, e depois da audiência  
259poderia ser feita outra tribuna para avaliar os resultados. Informou que a audiência  
260começa às 09:00hs e pode se estender até as 14:30hs. Sobre quem falará na Audi-  
261ência, cabe o CEAS escolher quem achar importante e depois abre para o Plenário  
262com um número também definido pelo Conselho e a Frente Parlamentar será lança-  
263da quando tiver colhidas as assinaturas necessárias de Deputados. Falou a **Conse-**  
264**lheira Inês Roseli** ao Deputado da satisfação por ser colega de profissão e colega  
265de luta na assistência, apresentou a proposta para futuras discussões na Comissão

266permanente de Assistência Social sobre a valorização dos profissionais que atuam  
267nas APAES, realizando Concursos Públicos. Comentou o **Deputado Lemos** que im-  
268pressionou-se com a carga horária e o salário do profissional da Assistência Social e  
269se dispõe a fazer esse debate. Com relação ao Sistema de Assistência Social para o  
270Paraná, também se põe a disposição para conversar e convencer na Assembleia Le-  
271gislativa da importância desse projeto. Agradeceu a **Conselheira Edenilse** ao De-  
272putado não só como Conselheiro, mas também como representação do Movimento  
273Sindical e disse não ser surpresa encontra-lo no Conselho porque conhece seu obje-  
274tivo e acredita que será uma lição para muitos outros parlamentares, pois esse é o  
275caminho. Colocou o **Deputado Lemos** que seu mandato é da Sociedade e se pós a  
276disposição. A **Conselheira Solange** o parabenizou pela iniciativa, e esclareceu que  
277o profissional de Serviço Social se forma como Assistente Social e pode trabalhar  
278em todos os segmentos, já a Política de Assistência Social não é exclusiva do Assis-  
279tente Social. Agradeceu a **Conselheira Presidente** a presença do Deputado no  
280Conselho e a oportunidade dessa abertura para a discussão. Dando continuidade ao  
281**Relatório de Gestão/2008**, relatou a **Conselheira Vice-Presidente** que no item  
2822.1 está o detalhamento da execução físico-financeira, onde no aprimoramento da  
283gestão estão todos os eventos do Estado, o período, local, quantidade, valor e fonte  
284e, na Proteção Social está a ação programática, meta, valor e fonte. Em seguida  
285está uma análise da Gestão da Política Estadual de Assistência Social, onde foi sub-  
286dividido em habilitação municipal ao SUAS, onde lembrou que a situação preocu-  
287pante é que 198 municípios dos 399 ainda estão em gestão inicial e, se esses muni-  
288cípios não se habilitarem até 2010, não entrarão no cronograma do Governo Fede-  
289ral da Fonte no orçamento para os serviços continuados. Ressaltou da necessidade  
290de ser definido pelo Conselho estratégias para mobilização nesse sentido. No item  
2913.2 **Monitoramento e supervisão técnica** está o indicativo dos aplicativos do  
292que está sendo feito e a necessidade de obtermos informações em relação a im-  
293plantação de sistemas como um todo nos municípios, hoje tem 323 equipamentos  
294públicos (CRAS) em 233 municípios, destes 132 recebem co-financiamento federal.  
295Na proteção social especial temos 112 equipamentos (CREAS) em 79 municípios. No  
296item 3.4 **Gestão do trabalho, capacitação e encontros**, está um pouco das ava-  
297liações dos eventos realizados. No item 3.5 **Execução Orçamentária**, o indicativo  
298de não cumprimento de metas por ausência de autorização governamental e o  
299atendimento das metas nos eixos de proteção especial e aprimoramento da gestão.  
300No item 4 **Considerações Finais**, foi registrada a Política de Assistência, o SUAS,  
301o papel do Órgão Gestor, as pesquisas realizadas, as dificuldades tanto da relação  
302convenial com os municípios como a suspensão da CND, práticas ainda tradicionais,  
303a deficiência da regularidade de citações, a não vinculação do recurso financeiro di-  
304reto ao fundo, a necessidade de aprovação do Projeto de Lei e os desafios para a  
305próxima gestão. Foram colocados os anexos das aprovações do Conselho em rela-  
306ção as deliberações para co-financiamento Estadual e do Orçamento. Em aprecia-  
307ção o Relatório de Gestão, exercício de 2008 **APROVADO**. Ficou decidido que serão  
308encaminhados também como anexo nesse relatório, as ações desenvolvidas pelo  
309CEAS na Gestão 2008, as quais serão apreciadas na próxima reunião e encaminha-  
310dos posteriormente. □ **Avaliação da Reunião Ampliada do dia 27/04/2009**. A  
311**Conselheira Inês Roseli** parabenizou a equipe que cuidou da licitação dos hotéis.  
312A **Conselheira Ozimara** registrou as dificuldades que teve com as informações  
313junto aos Escritórios Regionais, que só chegaram na semana do evento, justificando  
314a maior presença de governamentais. Sugeriu o **Conselheiro Kleber** que cada  
315Conselheiro faça uma avaliação de como se deu o processo em cada região, pois al-  
316guns receberam em tempo hábil outros não. Colocou a **Conselheira Presidente**  
317que o evento começou com uma sucessão de falhas, pois discutiu-se pouco no Con-  
318selho sobre a reunião, em outros eventos era discutido quem comporia a mesa e

319isso foi deixado passar. Ocorreram falhas de contato. O número de público foi acei-  
320tavél. Todos sabiam que a Reunião ampliada iria acontecer. Os problemas nos mu-  
321nicípios envolveram os Escritórios Regionais, pois na sua Região o Gestor recebeu a  
322carta na quinta-feira a tarde. A justificativa é que eles recebem tudo na última hora,  
323por isso há questões a serem repensadas, pois o Conselho recebeu críticas que não  
324merecia ouvir. Enfatizou a **Conselheira Denise Fank** que na sua Região as infor-  
325mações foram recebidas no dia 14, ocorreram todas as discussões. Ressaltou a  
326**Conselheira Edenilce** que na sua Região de Maringá, não tiveram problemas. Co-  
327locou a **Conselheira Cristiane Meyer** que na composição da mesa, o CEAS deve-  
328ria estar presente, pois não houve envolvimento dos Conselheiros da Sociedade Ci-  
329vil no processo. Em relação às informações, o Escritório Regional de União da Vitó-  
330ria, enviou fax na quinta-feira informando os hotéis e o local do evento. A **Conse-**  
331**lheira Neide** da Regional de Paranavaí informou que recebeu em tempo hábil e  
332como o número de vagas era pequeno, houve sorteio do governamental e as pes-  
333soas da Sociedade Civil o Escritório mesmo escolheu; questionou a Secretaria Exe-  
334cutiva se os emails enviados para a regional vão para todas na mesma data. Ressal-  
335tou a **Conselheira Inês Roseli** que na Regional de Pato Branco sobre o processo  
336de informação não participou de nada, pois não conseguiu falar com as técnicas do  
337Escritório Regional e lamentou que da cidade de Francisco Beltrão só tinham dois  
338representantes. Sobre o evento relatou que já ouviu muitas falas da Márcia Lopes e  
339do Renato bastante proveitosas, porém no evento não responderam ao contexto.  
340No momento da discussão da participação do controle social, não houve represen-  
341tação política, pois não tinha Deputado, nem Secretário a não ser a equipe da SETP  
342que estava trabalhando. Em relação a Região de Campo Mourão colocou o **Conse-**  
343**lheiro Cícero** que o processo de informação foi excelente tanto no Escritório Regio-  
344nal como no Fórum. Sobre o evento ressaltou que considerando a equipe da SETP  
345que são Conselheiros, houve desrespeito do governo, visto a ausência do próprio  
346Secretário, não houve entrosamento desde o início, pois a Sociedade Civil não esta-  
347va presente. Com relação à Marcia Lopes não foi feliz na fala, quanto ao Conselheiro  
348Nacional ele acabou com a situação, pois foi infeliz em dizer que se não faz a Confe-  
349rência, perde recursos. Deverá ser cobrado do Secretário pelo menos um posiciona-  
350mento sobre a ausência no evento e a falta gritante em não responder sobre as au-  
351diências que o Conselho solicita. Deixou registrado a **Conselheira Vera** de Ponta  
352Grossa que é de direito receber as informações com antecedência para que haja  
353uma boa organização. Citou também que está tendo um desencontro dos Escritó-  
354rios Regionais com a SETP. Complementou a **Conselheira Denise Fank** que gos-  
355tou das falas da Márcia e do Conselheiro Nacional Renato, visto que está na organi-  
356zação da Conferência Municipal. Complementou também a **Conselheira Francis-**  
357**laine** que na Regional de Jacarezinho, as vagas para governamental foram distri-  
358buídas por sorteio. A **Conselheira Ozimara** citou que a Sociedade Civil teve uma  
359vaga por município. O **Conselheiro Arnaldo** informou sobre os hotéis houve pro-  
360blemas de pessoas que não puderam se hospedar. Ressaltou que a Sociedade Civil  
361não tem meios de participar. Da Regional de Irati, colocou o **Conselheiro Ronan**  
362que não tiveram grandes problemas, pois faltou apenas uma cidade. A **Conselhei-**  
363**ra Neide** pelo problema de falta de professores na escola, e como professora não  
364pode se envolver. Colocou a **Conselheira Solange** que deve-se compartilhar tanto  
365as angústias como as alegrias. Lembrou que em dezembro foi apresentado o proje-  
366to. Em janeiro foi encaminhado para a Rose e no dia 10/02 foi protocolado o proces-  
367so licitatório. Foi feita a tomada de preços, e passou de R.100.000,00. Quando pas-  
368sa desse valor o processo tem que ir para o governador autorizar, por isso decidiu-  
369se em fazer ajustes, no entanto cada virgula que muda no processo tem que come-  
370çar tudo de novo. Foi falado com o Diretor, para que sejam corrigidas as situações  
371internas. No dia 02/04 foram encaminhados a todos os Conselheiros as informações

372a respeito da reunião. O processo licitatório se deu no dia 23/04, e só tivemos as in-  
373 formações sobre local e hotéis nesse dia no final da tarde. Foi colocado no site e en-  
374 caminhado aos Escritórios Regionais a lista dos hotéis, endereços e telefones. Não  
375 foi feita listagem para os hotéis por que os Escritórios ligavam a toda hora mudando  
376 os nomes dos participantes, por isso foi tomada a decisão e encaminhado aos  
377 hotéis listas sem nenhum nome. Ressaltou a **Conselheira Presidente** que o gran-  
378 de problema foi a licitação. Terá que ser investigado o porque de tanto tempo para-  
379 do em um determinado lugar?. Por isso terá que ser chamado alguém para respon-  
380 der. Ocorreram pontos positivos, pois houve participação da Sociedade Civil, porém  
381 preocupou a questão da Organização, todos são culpados e foi estranho a composi-  
382 ção de membros apenas governamental na mesa da manhã. Colocou o **Conselhei-**  
383 **ro Kleber** que terá que se rever o posicionamento da Sociedade Civil, porque a CDI  
384 não dividiu a carga da elaboração das orientações ou a Sociedade Civil não está  
385 tendo devidamente o seu posicionamento. Questionou sobre o documento, pois  
386 esse instrumento não passou por nenhuma Comissão do CEAS. Abordou a **Conse-**  
387 **lheira Denise Fank** da não participação da Sociedade Civil. Falou da preocupação  
388 em ter percebido a desarticulação dos Fóruns Regionais. Quanto a questão organi-  
389 zativa, deverão ser retomadas as bases e reverter esse processo nas Regiões.  
390 Como esse ano serão feitas as Conferências Regionais de onde vem as representa-  
391 ções, e sabendo que Conferência é sinônimo de Organização do Conselho, isso terá  
392 que ser retomado. Colocou a representante do FOREAS **Neiva** que realmente é pre-  
393 ciso rever a participação dos Fóruns. Uma das discussões que tem sido feita nos Fó-  
394 runs é a questão do financiamento e a resposta é que o Fórum é uma organização  
395 popular e não deve estar injetado no orçamento público governamental. Os repre-  
396 sentantes dos Fóruns são os Conselheiros da Sociedade Civil. Concordou o **Conse-**  
397 **lheiro Cícero** de que a articulação dos Fóruns é mesma responsabilidade da Socie-  
398 dade Civil e se houver uma boa sintonia com o Conselheiro, o Fórum funcionará.  
399 Quando falou em governo da Reunião Ampliada, quis referenciar o Secretário, Che-  
400 fe de Gabinete, que não apareceram. A nota é zero. Ressaltou a **Conselheira Tel-**  
401 **ma** que houve momentos de mais mobilização, mas como esse ano a pauta é o  
402 controle social, deveria ser enfatizado a importância da participação popular como  
403 caminho para garantir um apoio via fundo. Deverá ser amarrado algo para a organi-  
404 zação do Fóruns. Colocou a **Conselheira Roseli** que fica como sugestão aos Con-  
405 selheiros para aproveitar a estrutura dos Escritórios Regionais, visto não ter verbas.  
406 Apesar de ter tido falhas deverá ser valorizado que o evento aconteceu. Colocou a  
407 **Conselheira Inês Roseli**, agradecendo o esforço de todos. Complementou a **Con-**  
408 **selheira Edenilse** que foi feita uma discussão no Conselho sobre os Conselheiros  
409 estarem indo às Associações dos municípios e questionou quem foi. Essa é uma saí-  
410 da e como está acontecendo a Capacitação dos gestores, poderá ser usado esse es-  
411 paço para fazer essa fala. **A Conselheira Denise** esclareceu que será feita uma  
412 reunião interna na SETP, onde serão acatadas todas as avaliações. Propôs solicitar  
413 aos Escritórios Regionais que façam mapeamento das fragilidades e depois junto  
414 com o CEAS e FOREAS verificar como pode ser a mobilização e organização de par-  
415 ticipação da Sociedade Civil. Lembrou que foi deliberado pelo CEAS que se tivesse  
416 no mínimo um Conselheiro Municipal não governamental e um número reduzido de  
417 Conselheiros Governamentais, porém devido a impossibilidade do deslocamento  
418 dos não governamentais para Curitiba, teve que abrir vagas para os governamen-  
419 tais. Sugeriu para ser pautado na próxima reunião esse mapeamento, onde seja de-  
420 finido estratégias de articulação, junto com o FOREAS. Sobre o documento das ori-  
421 entações para a Conferência, esclareceu que como a orientação recebida na Reuni-  
422 ão Ampliada em Brasília foi muito ampla e como não tinha nenhum instrumento de  
423 registro que viabilizasse o Conselho Estadual em sistematizar e ainda, tendo em  
424 vista que algumas Conferências Municipais já ocorreriam em maio, em menos de 15

425 dias as orientações foram elaboradas para ser apresentada, discutida e depois de  
426 aprovada encaminhada as regionais. As orientações que foram distribuídas é para  
427 aqueles municípios que já vão realizar poderem seguir uma diretriz. Ressaltou que  
428 tem uma representante do Gabinete como Conselheira e que ela assimilou tudo e  
429 levou para o Secretário, e espera-se uma audiência. Colocada em apreciação as su-  
430 gestões da **Conselheira Vice-Presidente APROVADO.** □ Orientações sobre  
431 **Audiência Pública.** A Professora Dara informou que foi realizada uma reunião com  
432 a Diretoria do CRESS, onde foi discutido o formato da Audiência, a tarefa é bastante  
433 complexa, pois será apresentada a Política para quem não conhece, por isso se faz  
434 necessário dar bastante visibilidade para esse debate, onde é preciso convidar bas-  
435 tante pessoas pensando em estratégias de mobilização como: chamar todas os  
436 Conselhos de Políticas Públicas; Centrais Sindicais; profissionais que atuam dentro  
437 do SUAS; COGEMAS; CIB; FOREAS. Para compor a mesa é importante alguém do  
438 MDS; Ministério Público (Sandra Mancino); Frente Parlamentar Nacional (Angela Por-  
439 tela); Representantes das Centrais Sindicais (CUT), chamar alguém de algum Esta-  
440 do com experiência da Frente Parlamentar; Fórum Estadual; Fórum Regional; SETP  
441 (Secretário e Denise) e o CEAS. Sugeriu a **Conselheira Vice-Presidente Denise**  
442 que fossem convidados alguns representantes do Poder Judiciário; Universidades  
443 Estaduais e Privadas que tem o curso de Serviço Social; Movimentos sociais e um  
444 representante de usuário. Colocou que deverá se listar as falas e depois discutir a  
445 mobilização, o Conselho mandará um convite para todos eles, e o Secretário tam-  
446 bém para todos esses órgãos, bem como o CRESS de forma singular. Sugeriu tam-  
447 bém que todas as pessoas sejam nomeadas e depois de feitas as exposições princi-  
448 pais terão direito a falas na seguinte ordem: 1º) Deputado; 2º) Representante da  
449 Frente Parlamentar Nacional; 3º) Representante do Ministério Público; 4º) CRESS;  
450 5º) MDS; 6º) FOREAS; 7º) CEAS; 8º) SETP; 9º) COGEMAS; 10º) Sindicatos, para ex-  
451 por a defesa da Política e em seguida abre a fala para os demais da mesa desde  
452 que se inscrevam. No convite poderia entrar o Secretário de Estado e Gestores da  
453 Política Municipal. Sugeriu a **Professora Dara** em convidar as Associações dos Mu-  
454 nicípios das 18 Regionais. Colocou como sugestão também a **Conselheira Inês**  
455 **Roseli** em enviar convite às Entidades que compõem o CEAS. Ressaltou a **Conse-**  
456 **lheira Presidente** da importância da presença de Deputados, por isso colocou do  
457 convite ser feito também pessoalmente nas regiões aos Deputados. Sobre a fala  
458 técnica, colocou a **Conselheira Vice-Presidente** que a SETP poderia apresentar a  
459 Política Estadual, levantar os desafios e as propostas, e que em reunião interna seja  
460 decidido quem vai falar. Alertou a **Conselheira Telma** que na segunda-feira os Se-  
461 cretários de Estado se reúnem com o Governador. Sobre o convite ainda, ficou deci-  
462 dido de sair em nome do CEAS, FOREAS e CRESS. **Período da tarde:** na abertura a  
463 **Conselheira Presidente** pediu sugestão: quais as pessoas e instituições que de-  
464 veriam ser indicadas para falar na audiência pública. A **Conselheira Vice-Presi-**  
465 **dente** sugeriu que os Conselheiros não governamentais procurem os Escritórios  
466 dos seus Deputados, bem como as entidades que representam. A SETP, CRESS e  
467 FOREAS farão contatos com os Conselhos Municipais e Escritórios Regionais. Será  
468 feito também contato com a Assessoria de Imprensa. A **Conselheira Francislaide**  
469 também fará contato com a imprensa através do jornal onde trabalha, para divulga-  
470 ção da audiência. A **Conselheira Presidente** solicitou que na quinta-feira antes da  
471 audiência, onde haverá Tribuna Livre, alguém do CRESS faça uma fala expondo o  
472 objetivo a ser atingido no dia da Audiência Pública – ficando como responsável a  
473 **Conselheira Jucimeri.** A **Conselheira Presidente** passou ao próximo ponto de  
474 pauta – **Aplicativos do SUAS-Web: Plano de Ação e Demonstrativo Sintético**  
475 **Anual de Execução Físico-financeira do Estado do Paraná,** onde a **Conse-**  
476 **lheira Ironi e a técnica da CDI Renata** fizeram a explicação, sanando as dúvidas  
477 que surgiram. Foi colocado em apreciação, o **Demonstrativo Sintético Anual,**

478considerando-o **Aprovado**. No sistema de monitoramento o Conselheiro Municipal  
479será chamado junto com o Escritório Regional para preencher o formulário. O **Plano**  
480**de Ação** foi explicado pela **Conselheira Vice-Presidente**, após sanadas as dúvi-  
481das, foi colocado em apreciação e considerado **Aprovado**. Sobre o ponto de pauta  
482**Plano de Aplicação do FEAS**, o mesmo foi apresentado detalhadamente e **Apro-**  
483**vado**. A **Conselheira Presidente** passou ao próximo ponto de pauta – **Plano Es-**  
484**tadual de Capacitação Continuada**, foi exposto pela **Conselheira Vice-Presi-**  
485**dente**: explicou que o plano será enviado por e-mail, o qual necessita da aprovação  
486dos Conselheiros do que já foi planejado até o momento para abrir as negociações  
487com a SETI, pois, ou abre licitação para contratar empresas privadas para executar  
488as capacitações ou formaliza uma parceria com as Universidades. Ficou **Aprovado**  
489para negociação com a SETI, e análise detalhada dos Conselheiros para próxima  
490reunião. **Informes Gerais: Informes da CIB, Conselheira Kellen**, informou que  
491a reunião será no dia 29 de abril, no período integral, e expôs os pontos de pauta a  
492serem discutidos. **Informes da CIT, Conselheira Vice-Presidente**, informou a  
493pauta – Piso Básico de Transição: 265 milhões no País, esse recurso será utilizado  
494com os municípios, variando de 3 mil a 100 mil/mês, dependendo do número de  
495Creches. Apenas 64 municípios não fizeram a transição para a Educação. A propos-  
496ta do MDS é que dos 396 municípios que tiveram os recursos suspensos, ou porque  
497não foi aprovado pelo Conselho, ou porque não demonstraram até 20% do valor re-  
498passado por mês, ou porque não estão constando na Educação básica; a sugestão é  
499que seja utilizado esse recurso para implantação de CRAS nos municípios. A **Conse-**  
500**lheira Vice-Presidente** informou que receberam um comunicado da SEPL que no  
501dia 04 de maio às 16:00h no Instituto Federal de Curso Técnico, farão um teste de  
502uma capacitação à distância sobre elaboração do Plano Pluri Anual. No dia 08 de  
503maio às 8:25h será feito o curso para elaboração do PPA nos municípios, maiores in-  
504formações no site [www.sepl.pr.gov.br](http://www.sepl.pr.gov.br). Solicitaram fazer contato com alguém  
505da Sociedade Civil para estabelecer uma forma de controle social, ficou indicado a  
506Sra. Neiva, Presidente do FOREAS para estar presente, ou que ela indique alguém  
507do Fórum. A **Conselheira Solange** fez o informe da Conferência Estadual e Re-  
508gional, é preciso entrar com o projeto das Conferências Regionais em junho no má-  
509ximo, considerando que as despesas não vai ultrapassar os 100 mil reais. É neces-  
510sário colocar na pauta da Comissão Provisória da Organização da Conferência, veri-  
511ficar o regimento e normas para realização das Conferências. Informou também que  
512acabamos de receber a distribuição de vagas para a Conferência Nacional e o Para-  
513ná terá 64 delegados municipais mais 8 estaduais, ficando um total de 72 participantes. A  
514**Conselheira Vice-Presidente** comentou as tarefas das Comissões para a próxima reunião:  
515- Comissão do FEAS: Luz Fraterna e discussão do Piso Básico de Transição; - Todas as Comis-  
516sões deverão discutir o Plano Estadual de Capacitação; - Comissão de Documentação: análi-  
517se do ofício de Castro e Parecer da PGE; - Comissão de Políticas: Piso Básico de Transição e  
518Condicionalidades do PBF; - Convocar a Comissão da Bolsa Família. A **Conselheira Presi-**  
519**dente** informou que a **Conselheira Denise Fank** solicitou que na próxima reunião gostaria  
520de fazer parte da Comissão de Financiamento. O **Conselheiro Cícero** comentou que inicia-  
521rá uma nova Presidência, e que considera importante que a Sociedade Civil esteja unida, por  
522considerar que vai ser um ano difícil devido ser um ano de Conferência, há necessidade de  
523retornar a reunião da Sociedade Civil de manhã, para dar apoio no que for necessário nas  
524Conferências. A **Conselheira Presidente** informou que não será possível novamente con-  
525tar com a presença do Secretário Nelson Garcia, ficando deliberado que seja enviado um  
526Convite ao mesmo para comparecer na Audiência Pública, pois sua presença será muito im-  
527portante. **Encerramento: A Presidente Roseli** agradeceu a presença dos Conselheiros e  
528demais convidados, encerrando a assembleia ordinária. A presente ata foi digitada por Juci-  
529leide Ribas Machado, e lavrada por mim, Regina Amasiles Rodrigues Costa, (Secretária Exe-  
530cutiva dos Conselhos). Depois de lida aprovada, será anexada a cópia da lista assinada pe-  
531los Conselheiros presentes nessa reunião.